

Governo capta US\$ 2 bilhões no exterior

Venda de títulos foi um sucesso, ajudou o dólar a cair e fez as bolsas subirem. Mas CPI dos Bancos está preocupando o mercado

Das Agências O Globo e Estado

São Paulo — O governo brasileiro iniciou ontem sua primeira captação desde abril do ano passado. Foram vendidos US\$ 2 bilhões em bônus globais, com prazo de cinco anos e juros de 11,88%. Esta parte da captação será feita em dinheiro. Hoje, deve ser definida a parcela que será emitida em troca de outros títulos da dívida externa brasileira, o que poderá elevar o total da emissão para US\$ 3 bilhões, segundo os bancos Morgan Stanley e Salomon Smith Barney, que lideram a emissão em Nova York.

O governo brasileiro está pagando na primeira parcela prêmio de risco de 675 pontos-base (ou 6,75 pontos percentuais) sobre o rendimento dos títulos do Tesouro americano de mesmo prazo. O governo pagará juros de 11,625%, mas como estará vendendo os papéis com desconto em relação ao valor de face, o juro total para o investidor chegará a 11,88%. O estrategista de renda fixa do banco Morgan Stanley em Nova York, Jaime Valdivia, explicou que as ofertas em todo mundo chegaram a US\$ 4,5 bilhões, contra a previsão inicial de emitir US\$ 1 bilhão. "É possível que amanhã (hoje) mais US\$ 1 bilhão seja emitido em troca dos bradies (títulos da dívida externa)", disse Valdivia.

O BC só vai comentar a emissão depois que estiver finalizada. Na parte final o

governo aceitará os títulos IDU e EI (também títulos da dívida externa) como pagamento dos novos bônus. No caso dos IDUs, que são títulos de curto prazo (vencem no ano 2001), o governo pagará um preço que resulte em juros entre 11,73% e 12,03%. No caso do EI, papel brasileiro de prazo mais longo (vencimento em 2006), o juro deve ficar entre 12,73% e 13,03%.

Apesar do sucesso da emissão em termos de volume, a taxa de juros paga pelo Brasil ainda é uma das mais altas entre os países emergentes. O Panamá, por exemplo, emitiu este ano papéis de sete anos pagando *spread* (taxa de risco) de pouco mais de 400 pontos (o Brasil teve de pagar 675 pontos-base).

CAUTELA

O arrefecimento nos desdobramentos da CPI dos Bancos e a notícia da captação deixaram o mercado um pouco mais tranquilo, embora ainda cauteloso e com receio de que as apurações resultem em envolvimento de outros integrantes do governo.

Ontem o dólar caiu 1,44% e fechou a R\$ 1,70, contra R\$ 1,73 na terça-feira. Aparentemente, não houve intervenção do BC no mercado. As boas notícias do dia acabaram pesando mais que a incerteza provocada pela CPI e as bolsas de Valores do Rio e de São Paulo fecharam em alta de 0,86% e 0,33%, respectivamente. Os baixos volumes negociados, no entanto, mostram que o investidor ainda tem receio do desenrolar da CPI.

A Bovespa negociou R\$ 547,2 milhões e BVRJ, R\$ 5,6 milhões. "Os sinais positivos neutralizaram os efeitos da CPI, mas não eliminaram", comentou o consul-

tor financeiro João Marcos Cicarelli, da corretora Agente. Além do já esperado sucesso da emissão dos bônus globais da República, a notícia de que o índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, bateu novo recorde, ajudou as bolsas a fecharem em alta. O Dow Jones atingiu 10.727,10 pontos, impulsionado pela valorização das ações da IBM.

No leilão de títulos públicos, a taxa dos papéis prefixados de 90 dias caiu um ponto percentual, de 30,76% no leilão da última terça-feira para 29,83% hoje. A taxa máxima paga pelo Tesouro foi de 29,93%. A queda foi consequência da redução das projeções de juros no mercado futuro e do cenário menos nervoso no mercado. O contrato de juros de maio, que procura prever as taxas em abril, recuou de uma projeção de 36,14% na terça-feira para 35,05% ontem.

CAIPIRA

Aproveitando a onda de otimismo, o Banco Central (BC) adotou ontem mais uma medida para estimular o ingresso de investimentos externos no país. Por meio da Circular 2.882, o BC acabou com o limite para o repasse dos recursos captados por meio das operações 63-Caipira (dinheiro tomado no exterior para empréstimo no mercado interno) entre as instituições financeiras. Até agora, o banco que tomava o dinheiro lá fora só podia repassá-lo uma vez para outra instituição que, por sua vez,

era obrigada a emprestá-lo ao tomador final no mesmo dia.

Segundo o chefe do Departamento de Normas (Denor) do BC, Carlos Eduardo Lofrano, a mudança "é mais um mecanismo para possibilitar a

entrada de recursos externos no país". Dentro da nova regra, o repasse entre as instituições, portanto, passa a ser ilimitado. Ou seja, depois que um banco toma o dinheiro lá fora, pode passar para outra instituição que terá três opções: emprestar imediatamente os recursos a um tomador final, aplicá-los em títulos públicos ou, ainda, repassar para um terceiro banco. Esta outra instituição poderá continuar passando o dinheiro para uma quarta. "Não há limite", insistiu o chefe do Denor.

Lofrano explicou que a alteração feita pelo BC atinge todo tipo de Operação 63, inclusive aquela destinada ao financiamento do setor rural. Ou seja, a caipira. No ano passado o Banco Central detectou uma distorção na aplicação dos recursos da 63-Caipira. Em vez de tomarem o dinheiro para destinar ao setor rural, as instituições estavam aplicando em títulos públicos cambiais. Com isso, ao mesmo tempo que ganhavam no diferencial entre as taxas de juros internas e externas, os bancos também estavam protegidos contra a desvalorização que temiam e que acabou sendo adotada em janeiro último.

Naquela época, governo tentou, ainda, impedir estas operações obrigando que, no mínimo, 50% dos recursos fossem destinados ao setor rural. Com a crise da Rússia, no entanto, a exigência foi retirada. Mesmo assim, o dinheiro das operações de 63 deixou o país junto com outros recursos externos aplicados no curto prazo.

**"OS SINAIS POSITIVOS
NEUTRALIZARAM OS
EFEITOS DA CPI (DOS
BANCOS), MAS NÃO
ELIMINARAM"**

João Marcos Cicarelli,
consultor financeiro da corretora Agente